



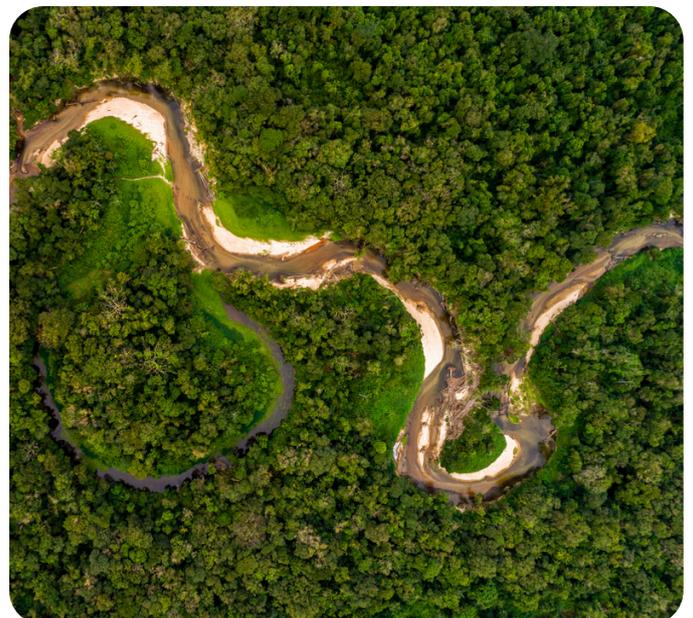
Rede de Monitoramento Territorial Independente

Por que falar em Justiça Climática?

De forma crescente, as **mudanças climáticas se impõem como um problema urgente** a ser enfrentado e incorporado nas agendas políticas locais, nacionais e internacionais. Na Amazônia, lideranças e organizações da sociedade civil denunciam dívidas dos países do Norte Global, historicamente mais poluentes, com os países do Sul.

As organizações também apontam para a **distribuição injusta dos impactos negativos da mudança do clima**, que afeta de forma desproporcional territórios comuns. Como consequências, aprofundam-se **desigualdades** históricas e dificuldades para acesso a direitos, recursos e infraestrutura, **comprometendo o bem viver**. A **seca extrema** que atingiu a Amazônia em 2023 é um exemplo da **gravidade e complexidade da transformação do clima**.

No âmbito da Rede MTI, organizações reforçam a necessidade de espaços para trocas de experiências e **construção coletiva de caminhos efetivos para a justiça climática**. E apontam para o potencial do **Monitoramento Territorial Independente** como **ferramenta de acompanhamento das transformações e impactos climáticos** nos territórios, por meio da coleta e uso de informações para incidência política.



Em busca de contribuir com esse esforço, este informativo reúne elementos da **justiça climática** e aborda sua relação com a **proteção de territórios e direitos na Amazônia**.

Justiça Climática



Trajetória do debate



O que é? Quem reivindica?



Qual a relação com territórios amazônicos?



Iniciativas da sociedade civil

Confira a seguir!

Trajetória do debate

Na década de **1980**, nos Estados Unidos, movimentos sociais denunciaram a instalação de **aterros de resíduos tóxicos** em bairros onde viviam **famílias negras e pobres**. As denúncias deram origem a intensas mobilizações contra o chamado **racismo ambiental**.

Em **1991**, foram proclamados os **princípios da luta por justiça ambiental**, em busca de garantir que nenhum grupo social, povo ou etnia suporte parcela desproporcional dos impactos da degradação ambiental.

Com a **intensificação dos impactos ambientais**, em especial do aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) que representa a principal causa das mudanças climáticas, **movimentos sociais passaram a reivindicar justiça climática**.

Marcos dessa história

1982: Origem da noção de Racismo Ambiental

1991: Proclamação dos Princípios da Justiça Ambiental

1992: Eco-92 e criação da UNFCCC

1997: Origem do Protocolo de Quioto para controle das emissões de GEE

1999: Origem da noção de Justiça Climática

2015: Acordo de Paris e reconhecimento da Justiça Climática

2021: COP 26 ou "COP dos Povos"

2025: COP 30 ou "COP da Amazônia"



Governança global do Clima

No mesmo período, o debate sobre os impactos climáticos avançou na II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como **Eco-92**, em que foram criados novos espaços para diálogo entre representantes dos países e sociedade civil, como a **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC)** e a **Conferência das Partes (COP)**, que deram origem a tratados internacionais como o **Protocolo de Kyoto**, em 1997. Aos poucos, foi constituída uma estrutura de governança global do Clima, na qual ocorrem as principais decisões em nível internacional. Historicamente, povos e comunidades encontram pouco espaço para participação nos processos de tomada de decisão.

A importância da **justiça climática** só foi *oficialmente reconhecida* nas negociações internacionais sobre o clima no **Acordo de Paris**, em 2015.

Fique por dentro!

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC)

Tratado internacional, assinado em 1992 por 192 países, que busca contribuir com a **estabilização da concentração de gases de efeito estufa (GEE)** na atmosfera.

Protocolo de Kyoto

Tratado internacional que estabeleceu metas para a **redução de emissões de gás carbônico**, com base nos princípios de equidade e de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.



Saiba mais!

Conferência das Partes (COP)

Conferências anuais, realizadas desde 1992, para debater o **progresso das ações de combate às mudanças climáticas** e **negociar novos acordos internacionais** entre os países. Movimentos sociais e lideranças de povos e comunidades buscam ampliar sua presença e incidência nesses espaços, reivindicando participação efetiva nos processos decisórios.

COP dos Povos

A **COP 26**, realizada em 2021, ficou conhecida como "**COP dos Povos**" em razão de diversos protestos protagonizados pela sociedade civil que exigiram **justiça racial e climática** no combate às mudanças do clima.

Quem constrói e reivindica a justiça climática?

POVOS E COMUNIDADES

Práticas de manejo e de cuidado de povos indígenas e comunidades tradicionais são grandes aliadas da **conservação da biodiversidade e proteção territorial**. Em contrapartida, territórios comuns enfrentam inúmeras **pressões, ameaças e conflitos**. Recentemente, para além das mudanças climáticas, são atingidos por **novos impactos** gerados pela corrida por **descarbonização** e **transição ecológica**, como o mercado de créditos de carbono e projetos de energia eólica. Diante dos desafios, povos e comunidades constroem **estratégias diversas, coletivas e dinâmicas para a proteção de direitos**.



MULHERES DA FLORESTA PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

Mulheres desempenham papel fundamental na **gestão familiar** e no **cuidado de pessoas e territórios**. Contudo, elas são as **principais atingidas** em contextos de ameaças e impactos, que aprofundam **relações desiguais de poder**. Os efeitos das mudanças climáticas representam um fator de **intensificação de violências, sobrecargas com o cuidado de famílias e comunidades, e desigualdades econômicas e sociais**. Apesar disso, mulheres indígenas, de povos tradicionais e da agricultura familiar **lideram e atuam na linha de frente** de iniciativas voltadas à proteção territorial e ao combate à mudança climática.



AGRICULTURA FAMILIAR E SOBERANIA ALIMENTAR

A agricultura familiar é responsável pela produção de alimentos para as próprias comunidades e para as populações que vivem nos centros urbanos. Em territórios comuns, é um importante meio de **geração de renda e reprodução social** das famílias. Mudanças no clima impactam diretamente as **condições de plantio e manejo**, e complexificam o cuidado com variedades e sementes. Assim, contribuem para a **insegurança alimentar e o aprofundamento de vulnerabilidades**. Em face disso, comunidades buscam diversificar as produções e técnicas empregadas, e cobram por políticas públicas e assistência técnica rural.



COP 30 na Amazônia

O anúncio de que a **COP 30** será realizada, em 2025, na cidade de Belém (PA), faz ecoar as reivindicações por justiça climática na Amazônia. O reconhecimento do papel desempenhado por povos indígenas e comunidades tradicionais na conservação da sociobiodiversidade e da importância da Amazônia no combate às mudanças climáticas torna-se central. Entre a sociedade civil, há grande expectativa de que o evento contribua para:

- Ampliar a participação social qualificada nos espaços estratégicos de tomada de decisão sobre o Clima;
- Visibilizar desigualdades e desafios históricos vivenciados por povos e comunidades tradicionais, e o risco de agravamento pela crise climática;
- Direcionar recursos, equipamentos e esforços para superá-los.

Horizontes da justiça climática



Reconhecimento das dívidas entre os países historicamente mais poluentes e os menos poluentes;



Responsabilização dos principais atores que contribuem para o aumento global de emissões de gases de efeito estufa (GEE);



Reconhecimento da distribuição desigual de impactos climáticos, que afetam desproporcionalmente grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade;



Necessidade de superação de desigualdades estruturais;



Caminho coletivo para a promoção de relações mais justas e equitativas, e proteção de territórios e direitos.

Dimensões e caminhos para a justiça climática

Representação

- de lideranças amazônicas e mulheres negras, indígenas e tradicionais em cargos políticos;
- de povos e comunidades, mulheres e juventudes, em espaços de tomada de decisão sobre o Clima;
- de organizações da sociedade civil e entidades representativas dos povos e comunidades nos debates estratégicos da COP.

Redistribuição

- de terra, por meio da regularização fundiária e demarcação de territórios coletivos;
- de recursos, por meio de iniciativas de acesso à renda, infraestrutura e tecnologia para o bem viver;
- de investimentos para proteção social.

Reconhecimento

- de direitos étnicos e coletivos de povos indígenas e comunidades tradicionais;
- da necessidade de garantia da segurança alimentar e manutenção dos modos de vida;
- da diversidade de regimes de conhecimento;
- do papel das mulheres negras, indígenas, tradicionais e da agricultura familiar para o combate às mudanças climáticas.

Injustiça climática e os impactos desiguais

Há décadas, no Brasil, movimentos sociais e organizações da sociedade civil articulam-se para denunciar **casos de injustiça ambiental** e, em tempos mais recentes, **multiplicam-se casos de injustiça climática**. Em razão da amplitude e gravidade, merecem destaque a **estiagem recorde** que atingiu todos os estados na **Amazônia**, afetando diversos territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, e as **severas inundações** que acometeram grande parte dos municípios no **Rio Grande do Sul (RS)**.



El Niño e La Niña

Entre os fatores que explicam a ocorrência de eventos climáticos extremos, merecem destaque *El Niño* e *La Niña*. **El Niño** se refere ao **aquecimento das águas** do Oceano Pacífico que, no Brasil, contribui para o **aumento das temperaturas** médias, **redução de chuvas nas regiões Norte e Nordeste** e a sua intensificação na região Sul. Já o **La Niña** expressa o oposto: trata do **resfriamento das águas**, que causa a **diminuição das temperaturas** médias no país, **aumento das chuvas no Norte e Nordeste** e sua diminuição na região Sul.



Impactos da seca extrema na Amazônia em números:

134 municípios em situação de calamidade pública ou emergência na Amazônia;

3ª posição de Manaus (AM) no índice de pior qualidade do ar do mundo;

28% de aumento no nº de doenças diarreicas no estado do Amazonas;

112 mil pescadoras(es) afetadas(es) no estado do Amazonas;

59% de aumento no nº de focos de incêndio;

640 mil pessoas afetadas no estado do Amazonas;

79 municípios com mais de 80% das áreas agrícolas afetadas.

Seca extrema na Amazônia

As mudanças climáticas, somadas a fenômenos cíclicos como o *El Niño* e *La Niña*, foram as principais responsáveis pela intensificação da **estiagem prolongada** que atingiu a **Amazônia**, em especial segundo semestre de 2023. Altas temperaturas e chuvas muito reduzidas, somadas ao **menor nível dos rios da Bacia Amazônica em mais de 120 anos**, ocasionaram a **interrupção do transporte aquático, o isolamento de comunidades e o deslocamento momentâneo de diversas famílias**. Também foram reportadas situações de **elevada mortalidade de peixes, aumento da contaminação das águas, interrupção do acesso à água potável e grave riscos de insegurança alimentar**. Para 2024, lideranças temem um período de seca ainda mais severo do que 2023, ao observarem mudanças na cheia dos rios, e se preocupam com baixa estrutura do Poder Público para prevenção e mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

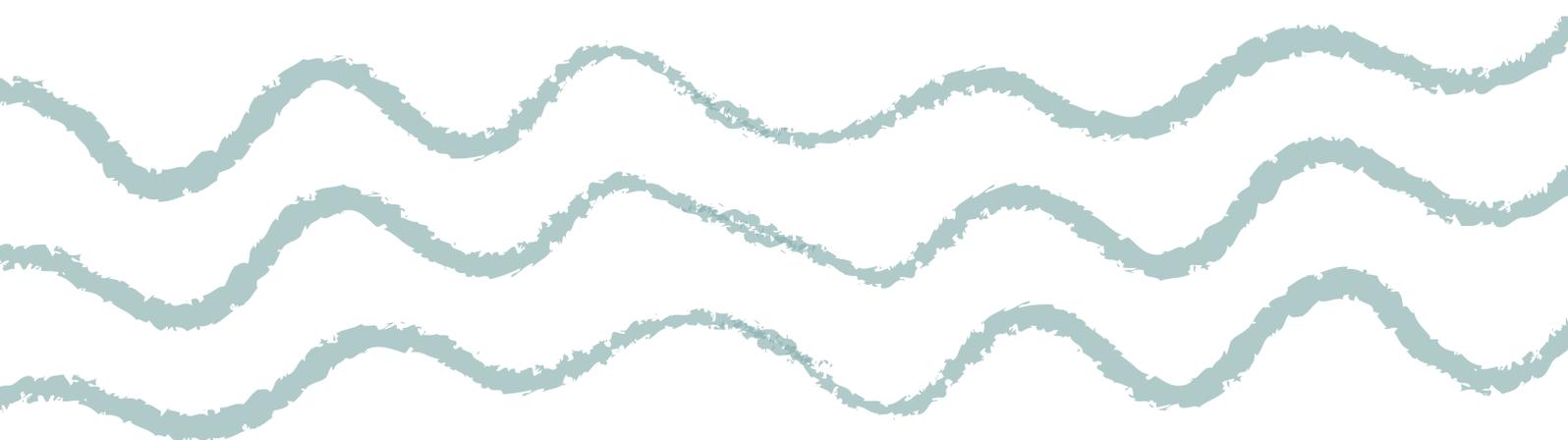


Inundações no Rio Grande do Sul

Intensos temporais atingiram o Rio Grande do Sul entre **abril e junho de 2024**, comprometendo de forma severa a infraestrutura de quase todos os municípios e deixando **milhares de pessoas desabrigadas**. Foram registrados recordes históricos de elevação no nível da água em lagos e rios, que ocasionaram **enchentes de efeitos devastadores**. Identificado como o **maior desastre climático da história do estado**, as inundações evidenciam a magnitude dos impactos das mudanças climáticas e a necessidade de promoção, de forma democrática e participativa, de políticas públicas orientadas para a **mitigação e adaptação combinadas com o combate às desigualdades estruturais**.

Impactos das inundações em números:

- 478** municípios afetados;
- 2,4** milhões de pessoas afetadas;
- 39** pessoas desaparecidas;
- 806** pessoas feridas;
- 176** óbitos;
- 10,7 mil** pessoas desabrigadas;
- 422 mil** pessoas desalojadas;
- 420 mil** pessoas sem acesso à energia;
- 906 mil** pontos com abastecimento de água interrompido.



Descarbonização da economia e territórios amazônicos

Frente às mudanças climáticas, iniciativas e mecanismos voltados para a **descarbonização da economia, redução e compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE)** associadas às atividades produtivas têm sido propostos por organismos internacionais, empresas e governos. Na Amazônia, o crescimento nos últimos anos do número de empresas interessadas em desenvolver projetos de comercialização de **créditos de carbono** oriundos de **territórios coletivos** faz surgir **alertas e preocupações** em lideranças e organizações da sociedade civil, diante das **recorrentes violações de direitos** e ameaças de fragilização da organização social e modos de vida.

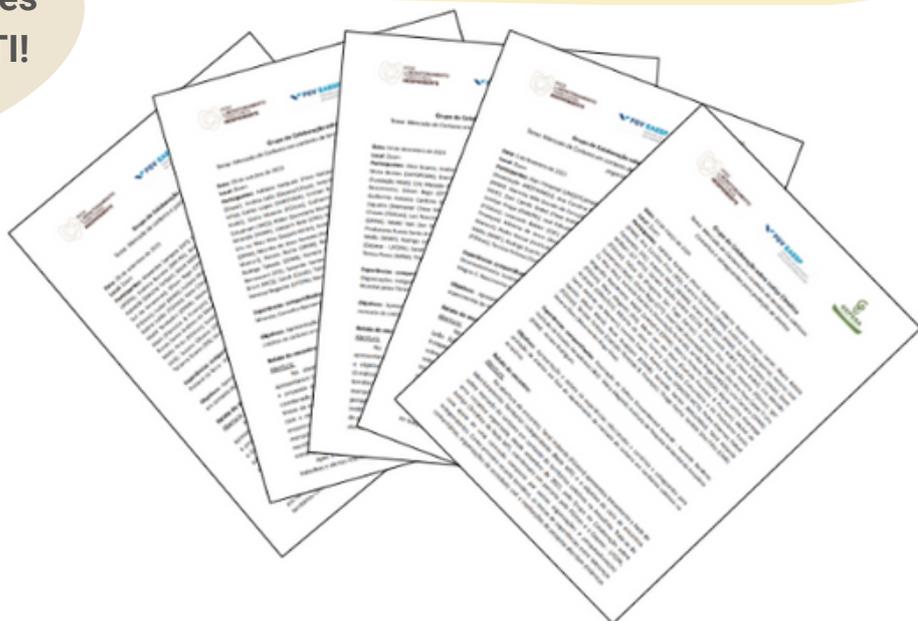


Grupo de Colaboração sobre Justiça Climática

MERCADO DE CARBONO EM TERRITÓRIOS COLETIVOS NA AMAZÔNIA

A partir de crescente demanda das organizações da Rede MTI, teve início o Grupo de Colaboração sobre Justiça Climática, que sediou um ciclo de encontros para trocas de experiências sobre o recente aquecimento do **mercado de carbono na Amazônia** e novas dinâmicas que resultam da busca de empresas por territórios coletivos para desenvolvimento de projetos de geração e venda de créditos de carbono. Entre setembro de 2023 e março de 2024, foram realizados 5 encontros, que envolveram 12 organizações apresentadoras de experiências. Debates realizados iluminaram importantes **alertas e pressões da sociedade civil** organizada que incidem sobre os territórios e modos de vida tradicionais, além de **aprendizados e caminhos para a proteção de direitos de povos e comunidades**. Conduzida por uma Comissão Técnica constituída por pesquisadoras(es) independentes, GEPESA (Ufopa), Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas (ADSSA e FGVces), o grupo se dedica à sistematização de recomendações para incidência nesse contexto

Acompanhe os debates
junto com a Rede MTI!



Para saber mais!

Iniciativas da sociedade civil

A sociedade civil tem se mobilizado para enfrentamento das mudanças climáticas de diferentes formas, a partir de iniciativas que variam com relação aos objetivos, escala, duração e atores envolvidos. Confira alguns exemplos abaixo!

Projeto: "Vozes do Tapajós"

Implementado pela Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (SAPOPEMA) em parceria com Projeto Saúde & Alegria (PSA), Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA) e Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Santarém (STTR), a iniciativa busca fortalecer a **centralidade das narrativas locais** diante dos **impactos das mudanças climáticas**, por meio de formações e oficinas com **jovens de comunidades do Tapajós (PA)** para produção local de **conteúdos audiovisuais**.

[Clique aqui para conferir a playlist do programa!](#)



Série de animações

“Carbono: o que você precisa saber”

Lançado pela Rede Xingu+ e pelo Instituto Socioambiental (ISA), a **minissérie de quatro episódios** busca fornecer informações de apoio a povos e comunidades sobre o **mercado de carbono e as florestas**. A iniciativa busca simplificar a complexidade do assunto e garantir que os **povos e as comunidades** estejam devidamente munidos de **informação para tomar decisões** sobre a implementação de projetos de carbono em seus territórios.

[Clique aqui para assistir à minissérie!](#)



Aplicativo "Alerta Clima Indígena"

Construído em parceria pelo IPAM, a Coiab e outras organizações indígenas, o ACI, como ficou conhecido, é um **aplicativo gratuito para celular** que possibilita a **criação de alertas** e a **inserção de informações** levantadas durante ações de **Monitoramento Territorial Independente** em Terras Indígenas. Tem como objetivo **ampliar a difusão de informações** sobre incêndios, desmatamento, chuvas e temperaturas em territórios da Amazônia brasileira.

[Clique aqui para realizar o download do aplicativo!](#)





Sobre a Rede Monitoramento Territorial Independente

O que é?

A Rede de Monitoramento Territorial Independente (Rede MTI) é uma articulação que reúne organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e instituições de pesquisa que realizam o monitoramento territorial independente e autônomo na Amazônia, ou que atuam no tema.

Quais os objetivos?

Tem como objetivo a ampliação e fortalecimento das capacidades de monitoramento independente nos territórios, e construção de estratégias para uso das informações geradas com foco na proteção territorial e defesa dos modos de vida na Amazônia.



Quem participa?

Atualmente a Rede agrega cerca de 50 organizações da sociedade civil, associações de base, lideranças comunitárias, pesquisadores autônomos e instituições de pesquisa.

Coordenação da Rede MTI e organização do informativo:



Para mais informações, acesse:

<https://www.redemti.org/sobre-a-rede/>